



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ata da 1ª Reunião Regimental do Fórum Estadual de Educação do Espírito Santo - 2026	
Local: Auditório da Sedu	Data: 26/03/2026
Elaborada por: Ivana Brito Lima	Participantes com representação: Coordenação: Rafaela Teixeira Possato de Barros Entidades que justificaram a ausência: ASSOPAES, Ales, Ceafro, COMECES, Senac, Undime, UESES/UBES. Entidades que não enviaram representantes e não justificaram ausência: Anec, DCE-UFES, SINEPE, Elaboração da Ata: Ivana Brito Lima
Pauta da reunião: 1. Fala do Presidente do FEE 2. Apresentação da cooperação técnica para a elaboração dos Planos Decenais de Educação do Espírito Santo; 3. Informes gerais sobre: <ul style="list-style-type: none">• Encaminhamentos da reunião 22/12/25• Lei nº 220/2025 – CADfórum.• Atualização dos membros	
<p>No vigésimo sexto dia do mês de março de 2026, às 14 horas e 10 minutos, a coordenadora do (FEE) Fórum Estadual de Educação, Rafaela Teixeira Possato de Barros, cumprimenta os presentes com boas-vindas e realiza a primeira chamada. Nesta chamada, identifica-se que não há presença suficiente para o quórum regimental e informa que após dez (10) minutos será conferida nova chamada. Às 14 horas e 20 minutos é realizada nova chamada em que se confirma a presença de vinte e duas (22) entidades, aqui representadas por seus membros, garantindo o quórum. É informado que ASSOPAES, Ales, Ceafro, Senac, UESES/UBES e Undime justificaram previamente a ausência de seus representantes. A coordenadora do FEE-ES, Rafaela Possato dá as boas-vindas aos presentes e passa a palavra para o presidente do Fórum Estadual de Educação do Espírito Santo (FEE-ES), Vitor Amorim de Angelo (Sedu), para que este faça a abertura. O presidente cumprimenta a todos, parabeniza as entidades presentes e dá início à reunião realizando a leitura da pauta 1. Fala do Presidente do FEE. 2. Apresentação da cooperação técnica para a elaboração dos Planos Decenais de Educação do Espírito Santo; 3. Informes gerais sobre: Encaminhamentos da reunião 22/12/25. Lei nº 220/2025 – CADfórum. Atualização dos membros. O presidente destacou que, ao assumir a secretaria em 2019, encontrou um cenário em que o fórum não era regularmente convocado nem valorizado como espaço estratégico de debate e acompanhamento das políticas educacionais. Diante disso, sua gestão buscou fortalecer esse espaço, garantindo maior frequência das reuniões e presença institucional, entendida como sinal de reconhecimento da importância do fórum. Ele também ressaltou o papel coletivo na consolidação desse processo, reconhecendo o trabalho da equipe organizadora e dos membros participantes. Durante a pandemia, enfatizou que, mesmo com reuniões remotas, o fórum manteve sua relevância, debatendo os desafios educacionais emergentes. Outro ponto importante foi a reflexão sobre a participação dos membros, que, em determinado momento, apresentou fragilidades, exigindo discussões sobre representatividade e engajamento. Segundo o Presidente do Fórum, essa questão foi enfrentada com maturidade, resultando em um fórum mais ativo e consistente. Por fim, Vitor Amorim de Angelo destacou que o fórum chega a um momento de maior maturidade, preparado para discutir os novos planos</p>	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

decenais de educação. Defendeu que, apesar de limitações, houve avanços na última década e que o desafio agora é ampliar o cumprimento das metas. Encerrando, mencionou sua saída da secretaria e a intenção de seguir contribuindo com a educação, inclusive no campo político. Após a fala do presidente, a coordenadora introduz o segundo ponto de pauta e passa a palavra para Luiza Fernanda da Silva, Coordenadora Estadual da Rede de Cooperação Técnica, que iniciou sua fala se apresentando e informando que, na ocasião, representava a Secretaria de Estado da Educação (Sedu), bem como justificando a ausência da representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Elania Valéria Monteiro Sardinha de Souza. A coordenadora apresentou o objetivo da cooperação técnica para elaboração dos Planos Decenais de Educação, articulada entre Sedu e Undime, com base nos encaminhamentos da Conferência Nacional de Educação (Conae), visando apoiar estados e municípios na elaboração dos referidos planos. Salientou que a cooperação técnica é orientada pela Secretaria de Articulação Intersetorial e com Sistemas de Ensino (SASE/MEC), responsável pela definição de critérios da coordenação e dos articuladores, além da condução metodológica do processo. Enfatizou que essa iniciativa se fundamenta no regime de colaboração e na lógica do Sistema Nacional de Educação, destacando a necessidade de atuação articulada entre os entes federativos, em superação a práticas isoladas. Nesse contexto, pontuou que a construção dos planos deve ocorrer de forma integrada e suprapartidária, por se tratar de uma política de Estado, com vigência de dez anos, e não de governo, ressaltando ainda a importância do monitoramento contínuo das metas, com avaliações intermediárias nos âmbitos estadual e municipal. Na sequência, detalhou a estrutura da cooperação técnica, composta por coordenação estadual, técnicos articuladores e divisão do estado em três grupos regionais, definidos com base em critérios como organização territorial, proximidade geográfica, densidade populacional e especificidades locais. Destacou que essa organização considerou as diferentes realidades entre regiões metropolitanas e municípios de pequeno porte, exigindo distribuição equilibrada das equipes. Informou ainda que foram designados técnicos titulares e suplentes, com apoio de instituições parceiras, garantindo continuidade das atividades quando necessário. Esclareceu que os articuladores atuarão diretamente junto aos municípios, especialmente na análise de indicadores e na construção dos diagnósticos. Quanto às etapas do processo, elencou: levantamento de informações dos municípios (planos vigentes, monitoramento, conselhos, fóruns e planos de carreira); consolidação das comissões gestoras; realização de oficinas formativas; elaboração dos diagnósticos e, posteriormente, construção dos planos. Informou que, na fase inicial, os articuladores já estão realizando o levantamento dessas informações junto aos municípios, sob coordenação da equipe estadual e com apoio técnico da Secretaria de Educação. Destacou também a utilização de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dos painéis do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como a parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) para produção de indicadores estaduais, com possibilidade de recorte municipal. Nesse contexto, mencionou a realização de oficinas presenciais regionalizadas para formação dos gestores e técnicos municipais no uso desses indicadores, subsidiando a elaboração dos diagnósticos. Evidenciou o papel do Fórum Estadual na comissão de elaboração e monitoramento, com atuação na mobilização e participação social, enquanto a cooperação técnica se responsabilizará pelo assessoramento aos municípios. Informou ainda a necessidade de consolidação das comissões gestoras municipais e a reestruturação da comissão estadual. Por fim, apresentou a proposta do “PE itinerante”, consistente na realização de encontros regionais para discussão dos indicadores e construção coletiva dos diagnósticos, buscando assegurar que o planejamento estadual dialogue com as especificidades locais, em alinhamento ao Plano Nacional de Educação. Alertou para os prazos reduzidos, especialmente em função do calendário eleitoral, estabelecendo como meta a entrega dos diagnósticos até meados do ano. O representante da UFES, Marcelo Lima, destacou que o fórum deve se constituir como espaço de debate e não apenas de informes, ressaltando a importância da participação efetiva na discussão do processo apresentado. Apontou a necessidade de maior clareza quanto ao termo consonância e ao conceito de construção do plano, considerando experiências anteriores em que a participação não se efetivou plenamente, e questionou os



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

critérios de definição das metas, especialmente no que se refere à relação entre a capacidade orçamentária e as demandas sociais, bem como a forma de aplicação dessas diretrizes nos municípios. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre os critérios de escolha dos técnicos articuladores, bem como sobre a forma de participação e eventual remuneração dos colaboradores não vinculados diretamente às instituições. Por fim, destacou a necessidade de maior definição quanto ao papel dos participantes no processo de elaboração dos planos. O representante do Fórum de EJA, Carlos Fabian, enfatizou a importância de garantir a efetiva participação social no processo, alertando para o risco de predominância técnica na elaboração dos planos. Defendeu o fortalecimento dos fóruns municipais e destacou que cabe às equipes técnicas o suporte metodológico, enquanto ao Fórum compete a condução política das discussões. Ressaltou que os indicadores devem subsidiar, mas não substituir, a análise das realidades locais, e destacou a necessidade de maior engajamento dos membros do Fórum. A representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Denise Pinheiro, manifestou preocupação com o uso do termo “consonância”, destacando o risco de reprodução de diretrizes predefinidas. Defendeu o uso dos indicadores como subsídio ao debate e à necessidade de transparência no processo. A representante do Ministério Público, Camila Ferreira, destacou a importância da participação efetiva do Fórum em todas as etapas da elaboração dos planos, manifestando preocupação com o risco de o processo se tornar excessivamente técnico e reduzir o espaço de construção coletiva. Ressaltou a necessidade de garantir o caráter democrático e participativo, evitando a apresentação de propostas já consolidadas sem debate prévio. A coordenadora Rafaela Possato ressaltou as dificuldades de mobilização e participação dos membros, destacando a necessidade de maior comprometimento coletivo para fortalecimento do Fórum e avanço dos trabalhos. Na sequência, a Coordenadora Estadual da Rede de Cooperação Técnica, Luiza Fernanda da Silva, apresentou, como devolutiva aos questionamentos levantados, esclarecimentos acerca dos critérios de escolha dos técnicos articuladores, da forma de participação e da eventual remuneração dos colaboradores envolvidos no processo. Informou que a definição dos técnicos articuladores seguiu orientações da Secretaria de Articulação Intersetorial e com Sistemas de Ensino (SASE/MEC), que solicitou às instituições envolvidas, Sedu, Undime, UNCME e Fórum, a indicação de nomes para composição da equipe. Esclareceu que cada entidade indicou dois representantes, observando critérios previamente estabelecidos, como participação nas oficinas formativas, formação acadêmica e tempo de atuação no Fórum. Destacou que a coordenação estadual foi definida conforme orientação da SASE, considerando a representação institucional dos presidentes das comissões de elaboração dos planos. Informou ainda que, inicialmente, a participação do Fórum não estava prevista na composição técnica, sendo incorporada posteriormente ao processo. Quanto à atuação, esclareceu que os técnicos articuladores atuarão diretamente nos municípios, com responsabilidades específicas ao longo das etapas de elaboração dos planos. Sobre a remuneração, explicou que não se trata de vínculo empregatício, mas de apoio financeiro por etapa, incluindo ajuda de custo para deslocamento e hospedagem, além de pagamento condicionado à entrega de relatórios técnicos, totalizando oito produtos ao longo do processo. O representante da ANPAE, Pedro Pimenta, destacou a atuação das comissões permanentes e a aprovação de calendário de mobilização, propondo que o Fórum acompanhe as ações da cooperação técnica, assegurando a participação dos fóruns municipais. Sugeriu a realização de audiências públicas, conferências regionalizadas e oficinas, e ressaltou a importância da mobilização para garantir participação social. O representante do Fórum de EJA, Carlos Fabian, propôs que a atuação do Fórum no processo não se limite ao acompanhamento ou fiscalização das ações da cooperação técnica, mas que ocorra de forma integrada desde o início, com participação conjunta na organização e execução das atividades. Destacou a importância de articulação entre as comissões do Fórum e a equipe técnica, visando construir coletivamente os encaminhamentos, com definição compartilhada de estratégias e ações. Ressaltou que a mobilização social é elemento central, devendo o Fórum atuar ativamente na articulação com os municípios, em parceria com a cooperação técnica, aproveitando sua capilaridade. Enfatizou que o processo deve ser conduzido de forma colaborativa, com atuação conjunta até a finalização dos planos. Por fim, propôs a formalização dessa atuação integrada e colaborativa entre Fórum e



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

cooperação técnica como encaminhamento, a ser submetido à deliberação. Como encaminhamentos da reunião, deliberou-se: 1 - Enviar ofício para os municípios com orientações sobre o papel do Fórum, reforçando a necessidade de reativação e/ou fortalecimento dos fóruns municipais para elaboração dos Planos Municipais de Educação. 2 - Garantir que as comissões permanentes do Fórum acompanhem os encontros promovidos pela cooperação técnica nos territórios. 3- Realizar audiências públicas, conferências e oficinas regionalizadas, assegurando que o processo seja conduzido de forma colaborativa, com atuação conjunta com a rede de cooperação técnica até a finalização dos planos, garantindo a participação social. 4- Incluir a representante da cooperação técnica (Luísa) no grupo de WhatsApp do Fórum e das Comissões de Monitoramento e Mobilização. 5- Compartilhar, no grupo do Fórum, as deliberações das comissões permanentes, garantindo a ciência de todos os membros. A coordenadora Rafaela declarou esgotados os pontos de pauta, agradeceu a presença e a colaboração de todos e deu por encerrada a reunião. Sem mais a declarar, eu, Ivana Brito Lima, Secretária Executiva do FEE/ES lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

RAFAELA TEIXEIRA POSSATO DE BARROS

GERENTE QCE-03
GEIEF - SEDU - GOVES
assinado em 30/04/2026 14:21:04 -03:00

WOLMAR MARVILLA MELO

MEMBRO (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE -
2024/2028)
CEE - SEDU - GOVES
assinado em 04/05/2026 08:52:03 -03:00

BRUNO ROBERTO DE CARVALHO GOMES

CIDADÃO
assinado em 07/05/2026 10:29:40 -03:00

DORZILIA VAZ DE MORAES SOARES

CIDADÃO
assinado em 08/05/2026 11:32:50 -03:00

CARLOS FABIAN DE CARVALHO

CIDADÃO
assinado em 08/05/2026 15:26:46 -03:00

RÔMULO DELBONI DOS SANTOS

CIDADÃO
assinado em 07/05/2026 10:37:12 -03:00

FABIO LUIZ ALVES DE AMORIM

CIDADÃO
assinado em 30/04/2026 10:23:27 -03:00

MARCIA SARAIVA PRUDENCIO

CIDADÃO
assinado em 30/04/2026 13:37:33 -03:00

AUGUSTO CESAR MACHADO RAMOS

CIDADÃO
assinado em 07/05/2026 10:53:57 -03:00

TATIANE CRISTINA FRANCO PUIATI

CIDADÃO
assinado em 08/05/2026 10:54:00 -03:00

CAMILA FERREIRA MOREIRA

CIDADÃO
assinado em 29/04/2026 18:05:31 -03:00

CRISTINA MOTA DAMASCENO

CIDADÃO
assinado em 07/05/2026 20:54:08 -03:00

MARCELO LIMA

CIDADÃO
assinado em 29/04/2026 19:32:41 -03:00

IVANA BRITO LIMA

PROFESSOR B
GEIEF - SEDU - GOVES
assinado em 10/06/2026 15:39:59 -03:00

LUIZA FERNANDA DA SILVA

ANALISTA DO EXECUTIVO
SEDU - SEDU - GOVES
assinado em 12/05/2026 10:13:07 -03:00

ANDREA GUZZO PEREIRA

FISCAL SUPLENTE (FORUM ESTADUAL PERMANENTE DE
EDUCAÇÃO - FEE)
SEDU - SEDU - GOVES
assinado em 12/05/2026 15:10:01 -03:00

PEDRO PAULO PIMENTA

CIDADÃO
assinado em 30/04/2026 09:48:34 -03:00

ALVALERIA CUEL

CIDADÃO
assinado em 07/05/2026 10:59:25 -03:00

RODRIGO FERREIRA RODRIGUES

CIDADÃO
assinado em 30/04/2026 09:20:26 -03:00

DÉBORA MONTEIRO DO AMARAL

CIDADÃO
assinado em 08/05/2026 11:00:48 -03:00

SANDRA KRETLI DA SILVA

CIDADÃO
assinado em 07/05/2026 12:45:58 -03:00

PRISCILA LORENA VALADÃO

CIDADÃO
assinado em 07/05/2026 10:55:57 -03:00

DENISE PINHEIRO QUADROS

CIDADÃO
assinado em 29/04/2026 18:18:26 -03:00

PAULO CEZAR LOUREIRO DE ARAUJO

CIDADÃO
assinado em 07/05/2026 10:28:28 -03:00

MARCELA LEMOS LEAL REIS

CIDADÃO
assinado em 29/04/2026 19:26:44 -03:00

CARLA GEOVANA FONSECA DA SILVA DE CASTRO

CIDADÃO
assinado em 30/04/2026 18:10:28 -03:00

PAULA JENAINA COSTA

CIDADÃO
assinado em 29/04/2026 21:36:20 -03:00

JOÃO PAULO DE FARIA CARDOZO

CIDADÃO
assinado em 01/05/2026 22:48:15 -03:00

PAULO DA SILVA TEIXEIRA

PROFESSOR B
SRECAR - SEDU - GOVES
assinado em 04/05/2026 20:16:53 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 10/06/2026 15:39:59 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IVANA BRITO LIMA (PROFESSOR B - GEIEF - SEDU - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-19DH3M>